



Nogueira Batista e Gros: prevendo negociação longa, bancos querem intimidar

Credor prevê jogo demorado com Brasil

A decisão do Bank of America, Manufactures Hanover e J.P. Morgan — e agora Mellon Bank — que estão entre os cinco maiores credores do Brasil, de lançar em **no performing** (créditos em liquidação ou prejuízo operacional) US\$ 244,0 milhões que deixaram de receber do Brasil em forma de juros, representa uma clara sinalização de que eles estão dispostos a enfrentar uma longa negociação, que ultrapassará os 90 dias.

A interpretação é do presidente do Banco Central, Francisco Gros, para quem, "em contrapartida, nossas recentes ações demonstram que nossa disposição é idêntica". Referia-se o presidente do Banco Central não só à moratória, como a determinação de congelar à disposição da autoridade monetária brasileira os recursos das linhas de curto prazo que não fossem colocadas em disponibilidade pelos bancos credores, e, mais recentemente, a determinação de manter em operação essas mesmas linhas

de crédito, mesmo após vencido o prazo contratual, o que ocorreu no dia 31º de março último.

ARTICULAÇÃO

Por sua vez, o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, assessor especial do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para assuntos de dívida externa, entende que os bancos armaram uma articulação intimidatória que não causou nenhuma repercussão na determinação brasileira de conduzir até o final o processo de negociação de forma qualitativa, ou seja, garantindo um espaço de poupança externa suficiente para ajudar no crescimento sustentado da economia.

Batista disse que, obrigatoriamente, os bancos afetados teriam de lançar em **no performing** os juros não recebidos somente após decorrido o prazo de 90 dias desde a suspensão dos pagamentos, ou seja, no dia 20 de maio próximo. No entanto, eles poderão fazê-lo, por decisão própria, a qualquer momento, e os que assim agiram tiveram o pro-

pósito de transmitir ao governo brasileiro a impressão de que vão resistir à negociação.

Gros e Batista esperavam que essa questão — a decisão dos três bancos americanos — fosse agitar os debates do ministro da Fazenda com os parlamentares do PMDB, ontem no auditorio Petrônio Portella, no Senado. Todavia, o assunto sequer chegou a ser mencionado, aparentemente porque os 13 senadores e deputados que interpelaram o ministro não tinham conhecimento da decisão dos bancos ou não estavam suficientemente informados sobre ela.

A questão da moratória foi o tema central dos debates, reiterando-se a solidariedade do partido majoritário à estratégia de condução do processo de negociação da dívida externa, embora os parlamentares não tivessem uma idéia precisa sobre os termos da negociação que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central pretendem levar aos credores a partir da próxima semana.